

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Jorrando ética	2
Título: Vazamentos de petróleo se multiplicam na Venezuela.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Família vende (quase) tudo	3
Título: Estados recrutam equipe para renegociar dívidas	5
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Geração solar dispara para aproveitar regras	7
Título: Absolar questiona mudanças.....	9
Título: Gasolina a R\$ 4,06 no Plano.....	10
VEÍCULO: Valor Econômico.....	13
Título: Subsidiárias de Petrobras, BB e Caixa devem gerar ganho elevado, prevê futura gestão	13
Título: Temer acelera indicações para agências	14
Título: Perillo passa a trabalhar para a CSN	16
Título: Dívida da Eletrobras preocupa novo governo	18
Título: Destaques	19
Título: Copel D corta despesas e recupera rentabilidade	20
Título: Queiroz Galvão fica inadimplente no mercado livre	22
Título: Fornecedores cobram dívidas referentes à fábrica de Três Lagoas	23

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Jorrando ética**

A Petrobras aparece com o menor Índice de Fragilidade de Controles de Fraude e Corrupção entre estatais, órgãos públicos, agências reguladoras e fundações, em levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A pesquisa não encontrou fragilidade de controles de fraude e corrupção na Petrobras. Aliás, com Ivan Monteiro como diretor financeiro e depois presidente da Petrobras, a dívida bruta da estatal, que chegou a ser de US\$ 132 bilhões, caiu para US\$ 88,1 bilhões no terceiro trimestre deste ano.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/11/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Vazamentos de petróleo se multiplicam na Venezuela**

Deterioração da infraestrutura da estatal PDVSA intensifica problema e preocupa ambientalistas

CARACAS

Além da escassez de alimentos e da emigração em massa, a crise venezuelana tem provocado reveses também para o meio ambiente: vazamentos de petróleo pela estatal PDVSA se tornaram recorrentes. Embora a companhia tenha deixado de publicar dados sobre os incidentes em 2016 —quando a ocorrência já era quatro vezes superior à de 1999—, evidências de que o problema se intensificou são abundantes, segundo ambientalistas.

Na faixa petrolífera de Orinoco, que fica sobre a maior reserva da commodity no mundo, a área de proteção ao redor dos tanques transborda com petróleo vazado. Dez meses após um vazamento ter sido identificado na região de Anzoategui, troncos de murici (espécie de árvore) estão até hoje submersos em óleo.

No começo do ano, o estouro de um oleoduto contaminou o rio Guarapiche no estado de Monagas, paralisando por mais de um mês uma estação de tratamento de água elevando à suspensão das aulas nas escolas da região. Situações como essas se tornaram comuns, uma consequência da deterioração da infraestrutura da PDVSA, após anos de negligência e escândalos de corrupção.

A produção de petróleo da Venezuela está no menor nível desde os anos 1940. A precariedade é reflexo da crise econômica. Números preliminares do Banco Central da Venezuela calculam que a economia do país tenha encolhido 16,6% apenas em 2017 —o dobro da queda do PIB brasileiro ao longo da última recessão.

—A PDVSA entrou em colapso em 2016. Há uma grande preocupação sobre qual será o estado da infraestrutura no momento que, enfim, chegar a hora de reativar esse setor —disse o consultor ambiental Juan Carlos Sanchez. Não há estimativas precisas sobre quanto seria necessário para recuperar a infraestrutura petrolífera venezuelana, mas especialistas concordam que seria muito mais que os US\$ 22 bilhões obtidos pelo país em 2017 com a venda de petróleo. Agrava o problema o fato de a maioria das empresas especializadas em retirar óleo vazado de lagoas e rios ter falido por não conseguir receber da PDVSA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Cida Damasco

Título: Família vende (quase) tudo

Não há quem duvide do papel das concessões e privatizações na política econômica do futuro governo. O compromisso com o liberalismo e a necessidade de ajuste fiscal a curtíssimo prazo tornam sua importância mais do que estratégica. Vital é o adjetivo apropriado. O perfil da equipe econômica, completada na semana passada, prova que o chefe Bolsonaro e seu superministro Paulo Guedes, até agora com carta branca, pretendem dobrar a aposta na privatização. Dois polos de poder cuidarão dessa tarefa: uma secretaria específica para desmobilização e desinvestimento sob o guarda-chuva de Guedes, que será entregue ao empresário Salim Mattar, dono da Localiza, e uma estrutura subordinada diretamente à Presidência, para tratar das concessões de infraestrutura.

É verdade que as previsões sobre desestatização divulgadas durante a campanha pecam pelo exagero, segundo economistas dos mais variados matizes. Primeiro, Guedes falou em se desfazer de todas as estatais – no total, são 144, sob controle direto e indireto da União –, depois Bolsonaro falou em sair de 100 delas e, já na boca das eleições, ambos cacifaram uma previsão de receita de R\$ 2 trilhões com venda de participações nas empresas, de ativos e renovação de concessões. Mas, mesmo considerando que a realidade vai derrubar alguns desses "sonhos", está claro que levar adiante um programa parrudo de privatizações é indispensável para um governo que precisa reduzir o endividamento e, pelo menos num horizonte próximo, não tem como abater os gastos significativamente.

Nesta semana, uma iniciativa ainda da gestão Temer deve criar condições para que Bolsonaro, já na chegada ao Planalto, inicie uma ofensiva desestatizante. Está marcada para quinta-feira a divulgação dos editais de licitação de 12 aeroportos, quatro portos e uma ferrovia, que permitirão a realização de leilões já no primeiro trimestre – um pacote de concessões que deve resultar numa arrecadação de R\$ 1,5 bilhão e investimentos de R\$ 6,4 bilhões.

Mas, se a decisão de limpar a carteira de empresas pertencentes ao Estado é ponto pacífico, ainda há dúvidas sobre o destino de estatais que são ícones do patrimônio nacional. O que vai acontecer exatamente com a Petrobrás, com a Eletrobrás e com o Banco do Brasil? Muitos observadores ficam arrepiados só de ouvir falar na possibilidade de o Estado brasileiro abrir mão desses ativos. Mas, aos poucos, começam a ser estabelecidos alguns parâmetros para o "emagrecimento" dessas empresas, que buscam conciliar os desejos dos liberais com os limites dos nacionalistas, especialmente nas alas militares.

O BB e a Caixa deverão pôr à venda alguns "pedaços" relativos a atividades laterais das instituições, como já deixaram claro seus novos presidentes, Rubem Novaes e Pedro Guimarães – o mercado dá como certa, por exemplo, a oferta da área de seguros do BB. Segundo antecipou Novaes, essa venda em "pedaços" seria via mercado de capitais. A Eletrobrás, cuja inclusão na lista de privatizações do governo Temer foi objeto de grande debate, também deve seguir a linha de privatização parcial, com a preservação da área de geração de energia em poder do Estado.

Quanto à Petrobrás, o caso mais emblemático entre os emblemáticos, tudo indica que ficará concentrada na atividade de exploração e o foco será o pré-sal. A julgar pelas declarações do vice Mourão e do próprio Bolsonaro, a porta está aberta para a venda da distribuição de combustíveis e do refino – na primeira, a participação da Petrobrás no mercado já está abaixo de um quarto, embora, na segunda chegue à marca de 90%. Nos últimos dias, inclusive, a movimentação

das ações da Petrobrás nas bolsas já reflete claramente essas indicações de reestruturação.

Mais uma vez, acertadas as diferenças entre as turmas que se abrigam no governo Bolsonaro, as discussões sobre privatização vão acabar no Congresso. E, quando se trata de estatais de setores estratégicos, pode-se imaginar o quanto essas discussões tendem a esquentar e, por isso mesmo, se alongar. Guardadas as devidas proporções, foi o que aconteceu na gestão Temer. Afinal de contas, é no Congresso que interesses de regiões e corporações se manifestam – seja por meio de partidos ou de bancadas. Um teste decisivo para a chamada "vontade política" do novo governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/11/2018

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Estados recrutam equipe para renegociar dívidas

Governadores eleitos de MG e RS escolhem secretários de Fazenda de olho na possibilidade de adesão a programa federal de repactuação de débitos

De olho no programa de socorro da União para amenizar a grave situação financeira dos dois Estados, os governadores eleitos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul escalaram como secretários de Fazenda técnicos que acompanharam de perto negociações referentes ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual agora terão de aderir para ganhar algum fôlego e conseguir colocar os salários dos servidores em dia.

Em Minas, Romeu Zema (Novo) escolheu Gustavo Barbosa, que ocupou a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio entre julho de 2016 e o início deste ano, período em que conduziu o processo de adesão do governo fluminense ao RRF. No Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) nomeou Marco Aurélio Santos Cardoso, funcionário de carreira do BNDES, que foi secretário de Fazenda da prefeitura do Rio durante a gestão de Eduardo Paes e depois aconselhou o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) na relatoria do projeto que originou a Lei Complementar 159, que criou o Regime de Recuperação Fiscal.

Reação. A sinalização foi bem recebida na área econômica do governo federal, que já tem negociado com o governo gaúcho a possibilidade de ingresso no RRF, mas nunca foi procurada por Minas. Comandado por Fernando Pimentel (PT), o Estado sempre resistiu a negociar o socorro com a União, sobretudo por causa

das resistências em vender a **Cemig, estatal de energia elétrica** que é considerada a "joia da coroa" mineira.

A avaliação é que as negociações serão duras, principalmente diante das contrapartidas de ajuste fiscal previstas no programa, mas que a experiência dos secretários pode auxiliar nesse processo e ajudar a contornar obstáculos já enfrentados nas discussões passadas. Zema confirmou, na última quinta-feira, em evento do BTG Pactual, que pretende aderir ao regime de recuperação fiscal e tem a intenção de concluir o processo ainda no primeiro semestre de 2019.

Já o governador eleito do Rio Grande do Sul tem dito que pretende aderir, mas fará uma análise crítica dos termos que vinham sendo negociados até então. Experiência. À frente da Secretaria de Fazenda do Rio, Barbosa teve de desfazer a contabilidade criativa praticada pelo Estado para maquiar o estouro do limite nas despesas com pessoal. Além disso, precisou vencer a resistência de políticos locais para colocar à venda a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), uma das exigências para a adesão ao regime.

O acordo com o Rio foi assinado em setembro do ano passado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que à época era presidente da República em exercício. Após meses de negociações, a homologação ocorreu apesar de uma série de ressalvas feitas pelo Tesouro Nacional e gerou mal-estar na área econômica do governo federal. No caso do Rio Grande do Sul, Leite já vinha conversando com Paes há algumas semanas sobre a possibilidade de indicar Cardoso para ser seu secretário de Fazenda, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Pesou a favor o fato de o economista conhecer de perto os detalhes do programa, uma vez que o governador gaúcho eleito já indicou que pretende acelerar o processo de adesão. Para isso, o governo gaúcho também terá de reconhecer a maquiagem nas suas contas. No último boletim divulgado pelo Tesouro Nacional sobre as finanças dos Estados, os gaúchos apontavam um comprometimento de 56,12% da Receita Corrente Líquida (RCL) com folha de pagamento – abaixo do limite de 60%.

Mas os técnicos do governo federal apontam que esse percentual é muito maior, de 69,14%. O atual governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, chegou a encaminhar uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para decidir se poderia apresentar os números usando outro método de apuração.

Os conselheiros responderam que o governo ficaria sujeito a punições, mas abriu um grupo de trabalho para revisar as resoluções do próprio tribunal, que hoje dão suporte à maquiagem nas contas. **Leite já afirmou que pretende privatizar as empresas de energia ainda em poder do Estado (CEEE, Sulgás e**

Companhia Riograndense de Mineração), mas que manterá o controle do Banrisul, ativo mais valioso do governo gaúcho. / COLABORARAM ALTAMIRO SILVA JÚNIOR e MARCELO OSABAKE

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Geração solar dispara para aproveitar regras

A possibilidade de mudanças regulatórias, em 2019, para remunerar o uso do fio da rede de distribuição de energia elétrica está provocando uma corrida à geração distribuída, quando o consumidor produz a própria eletricidade e pode fornecer o excedente para a concessionária da própria região. Em junho de 2016, 4,4 mil unidades consumidoras do país recebiam créditos por injetar no sistema mais do que o consumido. Em agosto deste ano, o número saltou 1.168%, para 51,5 mil. Em 23 de novembro, eram 63,5 mil, alta de 23% em três meses. Do total, quase 90% dos créditos são relativos à geração solar fotovoltaica.

O tema, alvo de amplo debate durante o Seminário Nacional dos Distribuidores de Energia Elétrica (Sendi 2018), realizado na semana passada, em Fortaleza, preocupa as distribuidoras de energia, porque pode, no longo prazo, inviabilizar o modelo de negócios. Enquanto as concessionárias querem que a mudança regulatória ocorra o quanto antes, a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) quer exatamente o contrário. No meio da disputa entre os agentes, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promete abrir uma audiência pública, este ano, para encontrar uma solução.

O diretor-geral do órgão regulador, André Pepitone, diz que é função da Aneel conciliar os interesses antagônicos. “A inovação está transformando a relação do consumidor com o setor elétrico. Nos próximos cinco anos, teremos mais mudanças do que as que ocorreram nos últimos 50”, afirma. O desafio, portanto, é fazer a regulação acompanhar a velocidade das transformações. “São 130 novos sistemas de geração distribuída por dia, mas dentro de um universo de 82 milhões de consumidores conectados às distribuidoras do país, os 60 mil que recebem créditos são uma gota no oceano”, pondera.

Para Pepitone, é natural que as inovações tenham regras diferenciadas para que evoluam. “Em 2015, a Aneel aprimorou a resolução 482 para estimular a geração distribuída. Em 2019, vamos estudar o modelo de negócios. É preciso remunerar o fio de maneira adequada, separado da energia”, explica. “O fato é

que não será possível conviver com 82 milhões de consumidores fazendo uso da geração distribuída com o atual modelo tarifário. Isso é impraticável”, afirma.

O secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Ildo Grudtner, diz que a pasta trabalha em conjunto com a Aneel. “É necessário antecipar os ajustes, decorrentes de novas tecnologias. O modelo é baseado num fluxo unidirecional, de geração, transmissão e distribuição. Hoje, a carga deixou de ser passiva e é ativa. O fluxo é bidirecional”, destaca.

A correção do rumo, enumera Grudtner, passa pela separação da energia do fio distribuição, pela revisão dos subsídios e pela melhoria de preços e tarifas. “O futuro exigirá uma tecnologia de medição avançada, com comunicação bidirecional. Como tudo está em transformação, também o negócio das concessionárias vai passar por mudanças acentuadas”, aposta. “Mas precisamos antecipar os ajustes regulatórios antes que os problemas ocorram”, completa.

Simbiose

O presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, ressalta que a rede é essencial e mesmo a geração distribuída depende dela. “O processo é uma simbiose. Somos favoráveis à microgeração distribuída, porque é inexorável, mas precisa ser implementada com sustentabilidade”, pontua. Segundo ele, 18% do que o consumidor paga na tarifa é para remunerar a distribuição. “A solução tem que ser buscada enquanto o problema ainda é pequeno”, argumenta.

Leite alerta que o preço dos painéis fotovoltaicos caiu muito nos últimos anos e o prazo de payback (retorno do investimento) está diminuindo a tal ponto que permitirá ao regulador retirar o subsídio sem inviabilizar o negócio. “Tem que se buscar equilíbrio, porque se não quem não entrar na microgeração acabará subsidiando os demais. É como em uma mesa de bar, se os primeiros saírem sem pagar, a conta aumenta para quem fica”, comparou.

Segundo ele, a tarifa binômia resolve a situação porque separa o uso do fio da energia, e a compensação fica só na energia. O presidente da Abradee acentua que o negócio das distribuidoras não morre no curto prazo, porque o cronograma da Aneel prevê discutir as mudanças regulatórias no ano que vem e implantá-las em 2020. “A questão é tem muita gente entrando para manter o benefício, por isso a pressa de resolver o impasse regulatório. É preciso saber até quando os entrantes com as regras atuais terão subsídio. Até pagar o painel, até cumprir contratos ou é vitalício?”, indaga.

Exemplos internacionais

Durante o Sendi 2018, foram apresentados dois modelos internacionais. Na

Itália, segundo Alberto Biancardi, o sistema precisou passar por uma troca na medição, para equipamentos inteligentes de primeira geração. Nos próximos três anos, a Itália vai instalar os dispositivos mais modernos, que permitirão um novo conjunto de parâmetros. “Os dispositivos precisam medir e interagir com distribuidores, além de dar informações aos reguladores”, diz. O diretor da empresa Eletricista do Chile, Rodrigo Castillo, explica que, como é rateada por todos, a tarifa precisou refletir melhor os custos reais na transição. “A exigência de modernizar o sistema no Chile acabou impactando em aumento de 1,5% na conta de luz. Porém, o esforço tarifário foi pequeno para o desenvolvimento que as mudanças permitirão”, conclui.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Absolar questiona mudanças

A geração distribuída solar fotovoltaica está incomodando grandes grupos econômicos, tradicionais e conservadores no setor elétrico. A afirmação é dos dirigentes da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Para Ronaldo Koloszuk e Rodrigo Sauer, presidente do conselho e CEO da Absolar, respectivamente, há um forte lobby de entidades que representam as distribuidoras, para pressionar autoridades a fim de alterar as regulamentações que dinamizaram o mercado.

“O motivo é financeiro: ao empoderar os consumidores, tornando-os produtores ativos de sua própria energia renovável e mais independentes, a geração distribuída solar fotovoltaica ameaça as receitas e lucros de distribuidoras”, alegam. Segundo eles, o objetivo do lobby é mudar as regras, para que consumidores com geração distribuída paguem mais pelas redes de distribuição.

A argumentação, explicam, é a de que o impacto tarifário de subsídios cruzados seria de 0,1% para cada 50 mil unidades consumidoras. “Os números, no entanto, não se sustentam. Dados da Aneel indicam que a redução de receita média para as distribuidoras, com o crescimento da geração distribuída para 150 mil unidades consumidoras até 2020, seria inferior a 0,1%. Já o impacto médio nas tarifas dos consumidores seria de menos de 1%, considerando todo o acumulado no período de 2015 a 2020”, dizem.

A Absolar lembra que, em 2017, o reajuste médio anual das tarifas de energia

elétrica foi superior a 10%, frente a uma inflação de 2,95%. Com isso, a receita das distribuidoras saltou para R\$ 243 bilhões em 2017, dados da própria Abradee. Em 2018, o aumento médio tem sido de 15%.

Para os dirigentes da Absolar, mesmo em um cenário positivo de crescimento da geração distribuída solar projetado pela Aneel, no qual atingiria 880 mil sistemas em 2024, o segmento passaria a representar menos de 1% das unidades consumidoras, que somariam 95,1 milhões no período. “A geração distribuída não teria qualquer impacto relevante nas receitas das distribuidoras”, defendem.

Eólicas

No entender de Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a discussão é fundamental para o futuro da micro e minigeração. “Não temos regras que conciliem a atratividade financeira para quem quiser gerar sua energia com a imprescindível necessidade de sustentabilidade de negócio para as distribuidoras”, ressalta. “Para que a geração distribuída continue crescendo de forma saudável, precisamos enfrentar esta importante questão: com menos consumidores pagando uso do fio, com quem ficaria essa conta, já que o sistema de distribuição tem que continuar existindo, sendo ampliado e modernizado?”, questiona.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/11/2018

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Gasolina a R\$ 4,06 no Plano

Ainda em clima de Black Friday, postos vendem o litro da gasolina por menos de R\$ 4,10 no Plano Piloto. Na Asa Norte, dois estabelecimentos ofereciam, ontem, o combustível a R\$ 4,06 e R\$ 4,07, atraindo motoristas que passavam pelo local. A tendência é de que o valor não fique nesse patamar, segundo analistas, mas as condições gerais do mercado internacional possibilitaram a queda dos preços no último mês. Na semana que passou, os postos reduziram o valor do litro, porém os consumidores ainda reclamam.

O Correio verificou o preço de 20 estabelecimentos no Plano Piloto (confira lista ao lado). Com exceção dos dois que continuam com promoção da Black Friday, o preço do combustível varia de R\$ 4,28 a R\$ 4,98. Ao menos 15 pontos de venda diminuíram o valor cobrado pelo combustível. O presidente do Sindicato

do Comércio Varejista e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis), Paulo Tavares, destacou que é muito difícil manter o valor tão baixos, em R\$ 4,06.

Ele argumentou que os impostos são expressivos, representando quase R\$ 2 do preço do produto. A maior parte é de responsabilidade do governo do Distrito Federal, que cobra o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Os postos podem estar fazendo essa promoção com uma margem zero ou mínima de ganho. O preço hoje de compra das distribuidoras está em torno de R\$ 3,98”, disse Tavares.

De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 17 de novembro, o preço cobrado pelas distribuidoras aos postos, em média, era de R\$ 4,13. “Eu soube de estabelecimentos em promoção de Black Friday, mas estão com uma margem mínima de ganho. Por isso, há postos quebrando, fechados, deixando de abrir à noite. Tivemos 3 mil frentistas demitidos nos últimos tempos”, destacou o presidente do Sindicombustíveis.

O litro da gasolina sai das refinarias por R\$ 1,556, segundo dados da Petrobras. De 24 de outubro para hoje, o preço caiu 21,65%. A redução foi possível pela cotação do petróleo no mercado internacional. No último mês, o barril tipo brent recuou 22,8% após notícias sobre as metas de produção do produto na Arábia Saudita e outros países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Alívio

Além da variação do produto no mercado internacional, a Petrobras também leva em conta a cotação do dólar para definir o preço dos combustíveis. Segundo o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes, a moeda norte-americana subiu nos últimos dias, alcançando R\$ 3,82, mas ainda está favorável. “O câmbio mudou daquele patamar que estava no período eleitoral, de R\$ 4,10 e R\$ 4,20. Então, os elementos que compõem o preço da gasolina evoluíram favoravelmente”, afirmou. Bentes explicou que é difícil dizer como será a variação do combustível nos próximos dias, mas a expectativa é de que o produto pressione menos a inflação em 2019.

Mesmo com as notícias positivas, os consumidores não sentem tanto alívio no bolso. Bairone Soares Souza, 28 anos, começou a trabalhar como motorista de aplicativos. Antes dirigia apenas moto e está sentindo a diferença. “Por mês, pago R\$ 800. É muita coisa. Em Ceilândia, onde moro, o preço da gasolina está bem mais caro, em R\$ 4,59. Então aproveitei a promoção desse posto para abastecer”, disse antes de sair do estabelecimento que cobrava R\$ 4,07 pelo litro. “O preço que gostaria e que acho que seria justo é algo de R\$ 3,80. Da

forma que está hoje, mesmo estando em R\$ 4,07, está muito caro”, completou.

Trump comemora queda do petróleo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, comemorou em seu perfil no Twitter que os preços do petróleo estejam caindo e indicou que isso se deve às suas políticas. “Tão bom ver que os preços do petróleo estão caindo (obrigado, presidente T)”, escreveu Trump. Nesta semana, Trump já havia comemorado a queda nas cotações do petróleo, além de ter dito que uma ruptura com a Arábia Saudita provocaria uma forte alta nos preços, o que ele pretendia evitar. Em comunicado emitido pela Casa Branca na terça-feira, o presidente americano reafirmou seu apoio ao governo saudita, ao dizer que os dois países têm trabalhado juntos para “manter os preços do petróleo em níveis razoáveis”.

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos 20/11/2018 25/11/2018

Petrobras – Próximo à Torre de TV	4,39	4,35
Petrobras – Eixo W 106 Sul	4,49	4,49
Auto Lus – Eixo W 107 Sul	4,35	4,28
Petrobras – Eixo W 109 Sul	4,39	4,34
Shell – Eixo W 115 Sul	4,36	4,29
Petrobras – Eixo L 214 Sul	4,39	4,35
Petrobras – Eixo L 212 Sul	4,39	4,35
JarJour – Eixo L 210 Sul	4,39	4,32
Petrobras – Eixo L 207 Sul	4,39	4,35
PB – Eixo L 206 Sul	4,39	4,35
Melhor – Eixo L 204 Sul	4,39	4,35
Petrobras – Eixo L 202 Sul	—	4,35
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	4,43	4,39
JarJour – Eixo L 206 Norte	4,39	4,32
Petrobras – Eixo L 208 Norte	4,39	4,35
Shell – Eixo W 109 Norte	4,39	4,35
Petrobras – Eixo W 107 Norte	4,7	4,42
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,98	4,98
Petrobras – 303 Asa Norte	—	4,07
Petrobras – 302 Asa Norte	—	4,06

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília****Título: Subsidiárias de Petrobras, BB e Caixa devem gerar ganho elevado, prevê futura gestão**

Avaliações internas do governo de transição apontam que o potencial de geração de caixa da venda das subsidiárias das grandes estatais (Caixa, Banco do Brasil e mesmo Petrobras) pode ser maior que o das próprias empresas centrais. A leitura é que o potencial de alavancagem do valor de companhias como a Caixa Seguridade e outras subsidiárias do Banco do Brasil, como a de cartões, e da Petrobras é muito alto e, dependendo da maneira como serão conduzidas as privatizações, os ganhos podem ser bastante elevados.

O entendimento criou o que vem sendo tratado como uma das principais diretrizes para as privatizações de subsidiárias das grandes estatais nos próximos quatro anos: vender participações acionárias em etapas. A ideia é aproveitar-se da valorização que se espera com a primeira abertura de capital de cada companhia e fazer emissões secundárias nos anos seguintes, com os valores das ações multiplicados, refletindo esperados ganhos de gestão a partir da governança de melhor qualidade que a abertura de capital supostamente geraria.

Um exemplo lembrado de subsidiária com valorização após o processo de privatização é o da BB Seguridade, que em 2013 foi uma das maiores operações de abertura de capital do mundo e cujo valor de mercado chegou até a superar o do Banco do Brasil, em 2015. Hoje, porém, o BB vale mais que o dobro da Seguridade, empresa da qual mantém o controle acionário.

Recentemente, nos bastidores da gestão de Paulo Caffarelli no BB, cogitou-se até que o banco comprasse pelo menos parte das ações em mercado para ampliar a geração de receitas (por meio de dividendos) para a instituição financeira. Essa ideia não avançou por causa das dificuldades de capital do banco. E também não conta com a simpatia da futura equipe econômica, que acredita que os bancos têm que ganhar dinheiro a partir de operações eficientes em suas áreas centrais, em especial na oferta de crédito, e não porque opera em diversos segmentos. "Não tem sentido o BB ter uma agência de viagens, por exemplo", comenta uma fonte.

Parte da equipe de Guedes participou das disputas por ativos públicos em leilões de estatais na década de 1990. Nas conversas sobre as privatizações, eles

mencionam que consideram "ultrapassado" aquele modelo de formação de consórcio, com poucos disputando os ativos. O discurso é de fazer as operações de forma transparente, via mercado de capitais e, quando for o caso, bolsa de valores.

A ideia de vender as subsidiárias das instituições estatais foi a saída encontrada pelo time de Paulo Guedes para superar o veto do presidente eleito, Jair Bolsonaro, à venda das grandes companhias do setor público federal, consideradas "estratégicas".

O objetivo das privatizações é reduzir o tamanho do Estado e gerar receitas para o governo federal - pela venda do ativo em si ou até pela arrecadação extraordinária de impostos que as operações podem gerar aos cofres públicos.

Guedes e sua equipe acreditam que as vendas de ativos ajudarão a reduzir a dívida pública e o gasto com juros que ela enseja, levando a um ciclo virtuoso na economia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2018

Seção: Política

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: Temer acelera indicações para agências

Com a proximidade do fim do governo de Michel Temer e a maior renovação do Senado em sua história a partir de 2019, o Palácio do Planalto e os parlamentares aumentaram a velocidade na indicação e aprovação de nomes para ocupar postos em agências reguladoras nos próximos anos. A forma como as indicações vêm sendo conduzidas e as reais condições dos escolhidos para exercerem as funções, contudo, levantam questionamentos sobre o possível loteamento da máquina pública.

Amanhã, a Comissão de Infraestrutura (CI) realizará sabatinas com dois nomes com problemas na Justiça: há um mês, a indicação de Débora Toci Puccini para a diretoria da Agência Nacional de Mineração (ANM) foi suspensa após a informação de que ela é ré por supostamente ter emitido parecer técnico com dados incompletos e enganosos como Diretora de Mineração do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM/RJ). Débora e outros dois servidores tiveram o direito de exercer função pública suspenso pela Justiça.

Como diretora do DRM/RJ, Débora estaria por lei proibida de assumir a vaga por ter sido "pessoa que tenha participação, direta ou indireta, em empresa ou entidade que atue no setor sujeito à regulação exercida pela ANM", de acordo com a Consultoria Legislativa do Senado. Tal dispositivo visa evitar que a agência reguladora seja "capturada" e passe a servir como instrumento para viabilizar interesses dos segmentos regulados.

Em seu parecer, o senador Wellington Fagundes (PR-MT), fez ressalvas que aliviam os possíveis entraves à nomeação. Sobre a condição de ré, o relator alega que o processo está em fase inicial. "Fica evidenciado na inicial acusatória que, por apenas discordar da opinião técnica de uma geóloga com notória expertise, o membro do parquet tenta criminalizar sua opinião científica".

O afastamento dela das funções, ressalva Fagundes, refere-se apenas a funções no DRM/RJ. "Não constitui, portanto, impedimento à indicação para compor a ANM". Por fim, sobre o possível conflito de interesses, o senador anota que "há precedentes nesta Comissão [CI] de aprovação de indicados na mesma condição".

Outro que será sabatinado amanhã é Moisés Queiroz Moreira, indicado para integrar o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Agrônomo por formação, Moreira foi assessor especial dos ministros das Cidades e da Ciência e Tecnologia.

Moreira é citado em dois processos na Justiça de São Paulo. O relator da indicação é Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). No parecer, o senador aponta que "tais processos estão em fase inicial, sem qualquer decisão judicial que inviabilize a assunção do cargo". E conclui. "Entendo que tão-somente a existência desses processos não seria capaz de excluir a possibilidade de o indicado ter sua nomeação aprovada".

Em meados de outubro, entre o primeiro e o segundo turno, o senado já havia manobrado para emplacar, em análise relâmpago, duas indicações para a ANM. Os escolhidos, por sua vez, não atendiam a requisitos previstos em lei para a ocupação de postos em estatais ou guardavam ligações político-partidárias com alguns dos principais cabeças do Congresso Nacional, como o presidente do Senado, Eunício Oliveira (CE).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/11/2018****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Vandson Lima | De São Paulo****Título: Perillo passa a trabalhar para a CSN**

Derrotado na eleição para o Senado neste ano e alvo de investigações da Polícia Federal e Ministério Público, ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) fechou um contrato para prestar serviços de consultoria à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O tucano, que chegou a concorrer à presidência do partido no ano passado e comandava um dos diretórios mais fortes da legenda, abriu uma empresa de consultoria junto com sua esposa, Valéria, e está prestando serviços para a CSN - que também empregou o ex-presidenciável Ciro Gomes (PDT) quando ele ficou sem cargo público.

A CSN confirmou, por meio de sua assessoria, que a empresa de Perillo - MV consultoria, aberta em julho - assinou um contrato, mas não informou qual tipo de consultoria ele prestará.

Conforme o **Valor** apurou, o governador eleito de São Paulo, João Doria, também do PSDB, foi quem teria articulado a contratação de Perillo. A informação foi confirmada por dois tucanos que pediram para não ter o nome identificado na reportagem.

Doria, amigo do presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, negou que tenha ajudado o correligionário a arrumar um emprego na empresa e disse que não gostaria de comentar a contratação.

O **Valor** tentou contato com Perillo desde quarta-feira, mas ele demitiu os antigos assessores, não atende nos telefones indicados pelo PSDB de Goiás nem no celular registrado em sua empresa. O PSDB nacional, do qual é vice, não retornou o e-mail.

A ajuda para que Perillo se recolocasse na iniciativa privada após uma derrota acachapante em Goiás, onde o ex-governador por quatro mandatos terminou apenas em quinto lugar na eleição para o Senado, com 7% dos votos, é uma costura de Doria para contemplar os quadros da legenda e angariar mais apoio para comandar o PSDB em 2019.

O PSDB de Goiás era uma das bases mais fortes do partido e chegou a fazer seis deputados federais em 2014, quando Perillo se reeleger. A partir de fevereiro, contudo, o diretório goiano perderá influência e terá apenas um deputado federal. Perillo era o nome de Doria para comandar o PSDB quando o então prefeito de São Paulo tentava viabilizar uma candidatura presidencial.

O grupo formado por Doria para controlar o partido e, num primeiro momento, apoiar o governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) é, justamente, formado por aliados de Perillo, do senador e deputado federal eleito Aécio Neves (MG) e do ex-governador do Paraná Beto Richa, além de deputados federais e senadores que aderiram sem restrições ao governo Temer.

O governador de São Paulo já acertou com o presidente do PSDB nacional, Geraldo Alckmin, a troca de comando do partido em maio, quando acaba o atual mandato. Alckmin, que registrou o pior resultado da história da legenda na eleição para a Presidência, avisou que não lutará para manter o cargo e nem se envolverá nas disputas internas da sigla. O mais provável, dizem aliados, é que deixe o PSDB.

Outros tucanos em condições de liderar o PSDB, como o senador Tasso Jereissati (CE), também sinalizaram em conversas estarem mais propensos a abandonar a legenda e se juntar ao movimento de refundação do PPS - que marcou para o 25 de janeiro a mudança de nome - e que espera receber a adesão do apresentador de TV Luciano Huck, do ex-governador do Espírito Santo Paulo Hartung e do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Um tucano diz que o PSDB se tornou "tóxico" após líderes como Perillo, Aécio e Reinaldo Azambuja - governador reeleito no Mato Grosso do Sul e aliado de Doria - se tornarem assunto das páginas policiais dos jornais. "Mas ninguém tem coragem de forçar a saída deles, então o mais provável é que um grupo saia", afirma um dirigente.

"É como a piada do português no tiro de guerra. O comandante falou: quem se voluntaria a ir para a guerra dê um passo a frente. Todos deram um passo para trás e só sobrou o português", disse.

O problema, afirmam os tucanos, é de falta de projeto de poder. A vitória de Bolsonaro tirou do partido a agenda econômica e o discurso de direita. "Ninguém apoia o centro, querem saber se você é contra ou a favor. A polarização que se desenha é entre Bolsonaro e o PT; o PSDB ficou sem perspectiva de poder nesse cenário", afirma um integrante da Executiva do partido. Doria é quem tem mais capacidade de ser essa liderança, mas "terá que

governar de verdade dessa vez" e, "provavelmente", esperar oito anos para se colocar como alternativa de direita a Bolsonaro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Dívida da Eletrobras preocupa novo governo

O vencimento, em julho de 2019, de títulos da dívida emitidos no exterior pela Eletrobras no valor de US\$ 1 bilhão entrou na lista de preocupações da equipe de transição. Auxiliares do presidente eleito Jair Bolsonaro foram informados de que a estatal simplesmente não tem dinheiro suficiente em caixa para honrar o pagamento no resgate dos bonds e precisa fazer a rolagem da dívida de qualquer jeito.

Denominados em dólares, os títulos foram lançados em 30 de julho de 2009, com resgate em dez anos e pagando juros de 6,875% ao ano. A avaliação, no governo atual e no entorno de Bolsonaro, é que o ajuste financeiro levado a cabo pela Eletrobras nos últimos dois anos permitiria rolar esse montante. Mas duas hipóteses são mencionadas com receio: as taxas exigidas pelo mercado e alguma eventual deterioração no ambiente do setor elétrico que complique a renovação dos papéis.

"Nada pode dar errado até julho", comentou reservadamente uma pessoa que ouviu os relatos do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., a auxiliares do presidente eleito no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). O executivo fez amplo diagnóstico da empresa a um grupo de especialistas na equipe de transição.

Estavam presentes o engenheiro Luciano Irineu de Castro, principal representante na área de energia, e o general Oswaldo Ferreira. Convidado para assumir o novo Ministério da Infraestrutura, Ferreira recusou por motivos pessoais, mas continua à frente dos trabalhos no CCBB.

Conforme a avaliação feita no encontro, ocorrido na quinta-feira, medidas como a privatização de quatro distribuidoras altamente deficitárias e a venda de participações acionárias em sociedades de propósito específico (SPEs) por R\$ 1,3 bilhão deixaram a Eletrobras mais saudável aos olhos do mercado externo.

No entanto, há desafios pela frente: a liquidação da Amazonas Energia na virada do ano, o problema financeiro em torno do risco hidrológico de usinas hidrelétricas (GSF) e a retomada das obras da central nuclear Angra 3.

Em conversas anteriores, a equipe de Bolsonaro já havia sido apresentada ao projeto de capitalização da empresa, uma iniciativa do governo Michel Temer que está parada na Câmara dos Deputados. O projeto prevê um aumento de capital da companhia pelos acionistas privados, sem acompanhamento da União, o que levaria à sua privatização.

O presidente eleito já manifestou, mais de uma vez, temor de que a China acabe assumindo o controle da Eletrobras. Seus auxiliares pretendem levar a ele uma explicação importante sobre a proposta: um artigo proíbe expressamente que acionistas individualmente, ou blocos de acionistas, tenham mais de 10% do capital. Isso dificulta a eventual tomada de controle por chineses.

Ferreira, que assumiu o comando da estatal logo após a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, disse publicamente que estaria disposto a continuar no cargo. Ele tem a simpatia do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, e tem boas chances de permanecer. **Aguarda-se, porém, a definição do titular de Minas e Energia. Paulo Pedrosa**, Adriano Pires e o deputado Jaime Martins (Pros-MG) são cotados.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/11/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Consumo de aço no Brasil

O consumo aparente de aço no mercado brasileiro, que mede os produtos importados mais as vendas internas, registrou aumento de 8,2% de janeiro a dezembro, conforme dados divulgados na sexta-feira pelo Instituto Aço Brasil. No período, o volume alcançou 17,3 milhões de toneladas de produtos planos, longos e especiais. Em outubro, na comparação anual, houve crescimento de 3,7%, em 1,7 milhão de toneladas. As vendas realizadas pelas siderúrgicas que operam no país também mostraram recuperação: em outubro subiram 8,4% em relação há um ano, com 1,6 milhão de toneladas, e, no acumulado de dez meses, alcançaram alta de 9,5%, para 15,4 milhões de toneladas. A produção de aço bruto fechou outubro em 3,2 milhões de toneladas - 3,5 maior que o mesmo mês de 2017.

Preço do petróleo em baixa

Os preços do petróleo, na sexta-feira, fecharam em baixa de quase 8%, elevando a próximo de 11% as perdas na semana passada. Em Nova York, o barril do WTI, contrato de janeiro, encerrou o dia com queda de 7,71%, a US\$ 50,42. Foi o maior recuo desde julho de 2015. Já em Londres, o barril do tipo Brent terminou em baixa de 6,07%, a US\$ 58,80 - o menor patamar em 13 meses. No mês, o WTI têm queda perto de 23% e supera mais de 34% de baixa desde os picos de outubro.

Minério recua para US\$ 70

Outra commodity industrial, o minério de ferro, insumo fundamental na fabricação de aço, terminou a semana em nova queda. No porto chinês de Qingdao, mercado de referência, o produto com teor de 62% foi cotado a US\$ 70,13 a tonelada, retração de 2,8% na comparação com o dia anterior. Segundo a "Metal Bulletin", a queda se deveu às chamadas "vendas de pânico" no mercado físico da commodity.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Fortaleza

Título: Copel D corta despesas e recupera rentabilidade

O braço de distribuição da estatal paranaense Copel deve atingir antes do planejado um nível de rentabilidade adequado para seus negócios, graças às reduções de custos e à recuperação da demanda na sua área de concessão. "Acho que vamos atingir rapidamente os níveis de receita que a Aneel nos remunera", disse Antonio Guetter, presidente da Copel Distribuição (Copel D), em entrevista ao **Valor** durante sua participação no Seminário Nacional de Distribuição de Energia (Sendi).

Quando a Copel renovou seu contrato de concessão de distribuição, em 2015, foi lançado um plano chamado de "Travessia", com o objetivo de recuperar a rentabilidade do negócio, aproximando os custos operacionais.

Desde então, a companhia conseguiu manter os indicadores da qualidade do serviço dentro do exigido pela agência reguladora, e tem baixado custos e melhorando a geração de caixa.

"Tivemos resultados impressionantes do ponto de vista de rentabilidade, tivemos redução de custos significativa e o mercado começou a se recuperar", disse Guetter. De acordo com o executivo, o setor de distribuição de energia passa por uma tendência de redução de custos e melhora da qualidade. "Coisa que achávamos impossível no passado", disse. Segundo ele, os indicadores que medem a frequência das interrupções no fornecimento (FEC) e a duração desses eventos (DEC) estão em níveis previstos para daqui três a quatro anos.

Ao fim do terceiro trimestre do ano, o DEC realizado pela companhia estava em 6,96 horas, abaixo das 7,33 horas do mesmo intervalo do ano passado. O FEC estava em 4,25 vezes, ante 4,99 vezes do mesmo período de 2017. A diferença entre o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) regulatório e o realizado também caiu. Entre janeiro e setembro de 2017, o Ebitda realizado estava 38,2% menor que o regulatório. Neste ano, o Ebitda realizado no período somou R\$ 624 milhões, 19,6% menor que o regulatório, de R\$ 776 milhões.

As distribuidoras são remuneradas, via tarifa, pelo serviço prestado, e têm despesas operacionais estimadas pela Aneel. Se os custos são superiores aos recebidos pela tarifa, o Ebitda fica menor que o regulatório, comprometendo a rentabilidade. Quanto mais eficiente a distribuidora na gestão de custos, mais o Ebitda realizado se aproxima do regulatório, garantindo que o custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) seja igual ao regulatório calculado pela Aneel para aquele período.

"Estamos fazendo a lição de casa e também olhando para o futuro", disse Guetter. Para ele, de todo o setor elétrico, o segmento de distribuição é o que vai sofrer maior transformação. "A distribuidora vai poder administrar melhor a energia, medindo a necessidade em cada ponto da rede, transferir energia de um ponto para outro", afirmou.

Para isso, a Copel tem feito investimentos em modernização. Nessa semana, a distribuidora inaugura um novo centro de operações em Curitiba, que vai centralizar a operação de toda a área de concessão, com melhoras operacionais e redução de custos.

A companhia está inaugurando um projeto de smart grid na cidade Ipiranga, no Paraná, com cinco mil pontos de medição. "É um movimento pioneiro, vamos gerenciar uma cidade inteira de forma inteligente", disse. O próximo passo será a instalação de medidores inteligentes em São José dos Pinhais, onde há 130 mil pontos de medição.

Em mobilidade elétrica, a Copel investiu em uma eletrovia que cruza todo o Estado do Paraná, com 730 km de extensão.

A repórter viajou a convite da Abradee**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 26/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Fernanda Pires | De São Paulo****Título: Queiroz Galvão fica inadimplente no mercado livre**

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) iniciou na semana passada o processo de desligamento da Queiroz Galvão Energia, que tem até hoje para pagar cerca de R\$ 50 milhões referentes ao aporte de garantias da próxima liquidação do mercado de curto prazo de energia.

A Queiroz Galvão é uma das geradoras da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia (Apine) protegida por liminar da exposição ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). Em outubro, por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a liminar teve os efeitos futuros suspensos, com implicação retroativa a fevereiro desse ano. A dívida da Queiroz Galvão é referente às liquidações passadas.

Por meio da Apine, foi feito um pedido de parcelamento dos montantes devidos à Aneel, mas a agência o rejeitou. Agora, uma das alternativas da empresa, se não conseguir quitar sua dívida, será fazer novo pleito de parcelamento que, para ser aceito, já deverá vir acompanhado de um planejamento financeiro dos desembolsos.

Na semana passada, o processo de desligamento foi iniciado durante a reunião do conselho de administração da CCEE, que nomeou a conselheira Talita Porto como relatora do processo referente à Queiroz Galvão Energética, comercializadora do grupo, e o conselheiro Roberto Castro como relator do desligamento da usina hidrelétrica Santa Clara, de 119 megawatts (MW) de potência, que também pertence ao grupo.

Caso o processo de desligamento avance, a Queiroz Galvão será praticamente "banida" do mercado de energia, impedida de negociar contratos de venda e compra. Apenas o início do processo já é um problema para a companhia, que fica impedida de fazer alterações nos contratos pré-registrados. Normalmente, as comercializadoras registram contratos de venda sem montante especificado, ajustando a cada mês para os clientes. Se esse for o caso da Queiroz Galvão, a empresa já está tendo problemas na venda de energia.

Esse é mais um capítulo da difícil situação do braço de energia do conglomerado de infraestrutura Queiroz Galvão. O grupo tenta reestruturar um estoque de quase R\$ 10 bilhões em dívidas. Desses, R\$ 3,5 bilhões são pendências da Queiroz Galvão Energia com bancos e estão em fase adiantada de negociação. Os R\$ 50 milhões devidos à CCEE estão fora desse pacote, pois não se trata de dívida financeira.

Além desses ativos de geração, estão sob o guarda-chuva da Queiroz Galvão Energia três usinas hidrelétricas no Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina, uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e parques eólicos no Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. A capacidade combinada total dessas estruturas soma 1 mil MW (megawatts). Procurada, a empresa informou, por meio da assessoria, que "não vai comentar nada relacionado a esse assunto".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/11/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: Fornecedores cobram dívidas referentes à fábrica de Três Lagoas

Sem encontrar compradores para suas fábricas de fertilizantes, a Petrobras começa a ter outras dores de cabeça com esses ativos. O fruto da nova celeuma é a unidade inacabada de Três Lagoas (MS). O término da construção estava previsto para o segundo semestre de 2014, mas as obras foram paralisadas em dezembro daquele ano com 80% da construção concluída, e agora fornecedores do projeto cobram dívidas.

Os investimentos inicialmente previstos na planta eram de US\$ 2 bilhões. Um consórcio formado pela brasileira Galvão Engenharia, pelo braço brasileiro da Sinopec - ambas atualmente estão em recuperação judicial - e pela GDK era responsável pelas obras. Em 2012, a GDK deixou o consórcio e repassou sua participação de 33% para a Galvão.

Um grupo com 70 fornecedores desse consórcio (UFN3) - entre eles Breda Transportes e Serviços, Conselmar Engenharia e Construção, Dimex Materiais Elétricos e Schneider Eletric Brasil - alegam que a Petrobras teria se responsabilizado por eventuais dívidas referentes à construção da fábrica.

"E hoje a Petrobras quer se isentar dessa responsabilidade. O plano de pagamento proposto pela Galvão é vergonhoso", afirmou um dos integrantes do grupo de empresários que reclamam as dívidas do consórcio.

Em dezembro de 2014, a Petrobras rescindiu o contrato de construção da fábrica, alegando o descumprimento de cláusulas contratuais por parte do consórcio. Este, por sua vez, afirmava que a estatal não estava cumprindo as novas referências de valores previstas em contrato.

Oficialmente, a dívida do consórcio com os fornecedores chega a R\$ 120 milhões. Mas os fornecedores alegam que os valores reais seriam cerca de dez vezes superiores a isso. "Os valores estão desatualizados e há itens que estão com valores errados mesmo", afirmou a fonte, que preferiu não se identificar.

Em nota, a Petrobras afirmou que não fez parte da relação jurídica estabelecida entre fornecedores e o consórcio UFN3. "A Petrobras informa, contudo, que ao ficar ciente da situação de inadimplência do consórcio UFN3, tomou todas as ações que estavam ao seu alcance e dentro dos limites legais, para que o consórcio cumprisse com suas obrigações perante seus fornecedores contratados", informou a estatal.

A empresa afirmou, ainda, que a situação dos fornecedores é objeto de Ação Civil Pública que tramita perante o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. "Os fornecedores de Três Lagoas entraram com Ação Civil e conseguiram o bloqueio de R\$ 36 milhões em bens. Essa é uma das saídas que estamos estudando aqui em São Paulo também", disse um dos empresários do grupo.

Os credores reclamam que as propostas de pagamento pelos planos de recuperação judicial da Galvão e da Sinopec são descabidos. "A Sinopec quer pagar apenas os 33% da dívida que eles disseram que são responsáveis no consórcio, e em dez anos", disse outro fornecedor do grupo..

Enquanto isso, a Petrobras segue buscando compradores para as unidades de fertilizantes, incluindo a de Três Lagoas. As negociações com a empresa russa Acron para a venda da unidade em construção estavam avançadas, segundo informou a estatal em maio, mas até o momento o negócio não foi firmado. A venda da unidade para os russos deve somar R\$ 3,2 bilhões, mais o pagamento de R\$ 40 milhões a fornecedores.

Quando finalizada, a unidade será um complexo de adubos com capacidade de produção de 761,2 mil toneladas de amônia e 1,2 milhão de toneladas por ano de ureia.

MME / ASCOM .